



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

A Prefeitura Municipal de Piancó, Estado da Paraíba, através de seu pregoeiro oficial, ANDRÉ ALEXANDRE DO NASCIMENTO e a sua equipe de apoio, ANTONIA REGINA BARBOSA CABRAL e BRUNA MARÍLIA PEREIRA DE QUEIROZ NUNES, nomeados pela portaria nº 0192/2023, torna público, para conhecimento dos interessados ao Edital de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 00005/2023. Poderá tirar dúvidas junto à sala da Comissão de Licitações, no endereço: **rua 9 de fevereiro, nº. 20 – centro - Piancó-PB**. Qualquer pessoa poderá assistir à sessão desta licitação desde que não perturbe ou impeça a realização dos atos do pregoeiro e equipe de apoio, conforme art. 4º, parágrafo único da lei 8.666/93.

A presente licitação tem base legal nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.746/2012, Decreto nº 3555/2000, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

INICIO DAS PROPOSTAS:

13:29hs (horário de Brasília) DATA: 06 de Janeiro de 2023.

IMPUGNAÇÃO E EXCLARECIMENTO:

13:29 hs (horário de Brasília) DATA: 17 de janeiro de 2023.

LIIMITE DE CADASTRO DAS PROPOSTAS:

13:29 hs (horário de Brasília) DATA: 20 de Janeiro de 2023.

DATA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

13:30hs (horário de Brasília) 20 de Janeiro de 2023.

LOCAL: Portal de Compras Publicas www.portaldecompraspublicas.com.br

MODO DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa para aquisição de equipamentos e periféricos de informática para manutenção de todas as secretarias do Municipal de Piancó-PB**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, que permite a participação dos interessados na modalidade Licitatória PREGÃO ELETRÔNICO.

2.2. **O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.**

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema é de responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante se responsabilizará formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados, PESSOAS JURÍDICAS, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

3.2. Esta licitação não será de participação exclusiva de empresas ME e EPP.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. Para empresa que esteja sob processo de falência e recuperação judicial, poderá participar da licitação somente se comprovar na fase de habilitação a sua possibilidade financeira de ser contratada e assumir as condições do contrato;

3.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

- 3.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 3.4.7. Que não possui, quadro laboral, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4. Até antes da abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva de disputa de lances e julgamento dos documentos de habilitação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. **Marca/Fabricante do item;**
- 5.1.3. **Modelo (quando for o caso);**
- 5.1.4. **Especificação: descrever cada item conforme consta no termo de referência, contendo os mesmos caracteres, não sendo aceito expressão “conforme edital”, “peças”, sob pena de rejeição da proposta.**
- 5.2. A licitante deverá preencher o campo de descrição com informações similar do(s) item(s) deverá ser preenchida com os dados do veículo a ser utilizado, sob pena de rejeição/desclassificação da proposta.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital e sistema.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. Quando da etapa de lances o licitante oferta valor com erro de digitação, o mesmo deverá informar ao Pregoeiro para que possa ser retificado, caso contrário será de responsabilidade do licitante.

6.6.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. Em regra o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo).

6.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

6.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

recebido e registrado primeiro.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

6.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.29.1. Produzidos no país;

6.29.2. Produzidos por empresas brasileiras;

6.29.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.30.1.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30.2.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao(s) último(s) lance(s) ofertado(s) após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível ao estabelecido no termo de referência.

7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor próximo a zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o requerido;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da melhor proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, e ainda nos seguintes cadastros:

8.1.1. **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS;**

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

do Decreto 10.024, de 2019.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não- digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. **Não será enviado de documentos omissos, mas sim apenas informações para complementar os dados de algum documento.**

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos de arrecadação unificada, que somente são emitidos em nome da matriz.

8.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.8.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e suas alterações, registrados na Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI e suas alterações, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.com.br;

8.8.3. **No caso de sociedade empresária ou EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.5. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.6. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização e ato de constituição/abertura da empresa;

8.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.8.8. **Cópia de documento com foto (RG e CPF) do(s) Socio(s).**

8.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.9.1. **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas com data de emissão atualizada;

8.9.2. **Certidão Negativa de Débito perante a Receita Federal**, mediante apresentação de prova de inexistência de débitos relativos aos tributos federais e a Dívida Ativa da União, relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. **Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.9.4. **Prova de inexistência de débitos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhista;

8.9.5. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;**

8.9.6. **Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;**

8.9.7. **Ficha de Inscrição Castro do Contribuinte estadual ou municipal.**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

8.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

8.10.1. **Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo poder judiciário estadual da sede da empresa licitante;**

8.10.2. **Declaração de demonstração de viabilidade econômica, somente para empresa que se encontre em processo de recuperação judicial;**

8.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.11.1 **Atestado de capacidade técnica**, compatível com o objeto deste edital, expressando que a licitante prestou ou presta serviços com idoneidade, com bom desempenho operacional e cumpre fielmente as obrigações. O Atestado poderá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo conter as informações: Nome do órgão/empresa, número de CNPJ, endereço, nome e função da pessoa que está assinado. ***Sendo atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá estar com firma reconhecida.***

8.11.2 **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (Demonstrações Resultado de Exercício, Notas explicativas, índices, termo de abertura e encerramento)** do último exercício social, registrado na junta comercial ou Autenticação do SPED, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

8.11.3 Declarações:

- a) DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- b) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- c) DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
- d) DECLARAÇÃO DE ME/EPP;
- e) DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- f) DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SÓCIO ADMINISTRADOR SERVIDOR PÚBLICO;

8.12 Das Condições da Habilitação:

8.12.1 A documentação acima deverá estar em prazo de validade compatível com a data marcada para sessão pública de julgamento das propostas, caso contrário será considerada inabilitada.

8.12.2 A licitante deverá encaminhar todas as declarações que encontram-se anexas a este edital, elaboradas em papel timbrado da empresa e assinadas por pessoa competente.

8.12.3 As certidões emitidas online se submeterão a conferência de autenticação, no site do órgão emissor ou autorizado, como condição de habilitação da licitante proponente. Caso haja alguma certidão que não esteja compatível com a emissão da autenticidade será considerado como inabilitada, podendo ser submetida as devidas sanções cabíveis.

8.12.4 Os documentos de constituição da sociedade ou firma deverão estar com registro na junta comercial, exceto aquelas pessoas jurídicas que não se submete a esse critério, contudo deverão se submeter aos criterios legais.

8.12.5 A certidão/documento que não expressar seu prazo de validade, será considerado como valido por 60 (sessenta) dias contados da sua emissão. Não será considerado o cartão do CNPJ.

8.12.6 Quando a certidão/documento não apresentar seu prazo de validade, contudo existir algum comprovante anexo que determine o referido prazo, será desconsiderado o prazo estipulado no item acima.

8.12.7 Poderá ser aceito certidões com prazo de validade vencida, desde que comprove por meio de legislação a suspensão ou prorrogação do prazo de validade. Deverá anexar a certidão o Decreto, Portaria, Medida Provisória, etc. que regulamente.

8.12.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.9 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12.11 A não-regularização previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.12.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

8.12.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12.14 Os Licitantes enquadrados como ME e EPP para fazer o uso do direito de regularizar ceretidão fiscal, faz-se necessario o licitante ter apresentado a certidao vencida/irregular. A não apresentação da certidão irregular nao fará jus ao direito do prazo para regularização, em consequência será inabilitado.

8.12.15 Quando ocorrer a desclassificação ou inabilitação de todos os proponentes, o pregoeiro poderá conceder o prazo do art. 48, § 3º da lei nº 8.666/93, ficando a criterio da adminsitração essa decisão.

8.12.16 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.12.17 A falta das declarações exigidas no subitem 8.11.2 não inabilitará os licitantes, contudo após a adjudicação e homologação o licitante deverá encaminhar junto da documentação as declarações, que deverão ser encaminhados dentro de envelope indentificado com o número do pregão e o nome da prefeitura.

8.12.18 Após a etapa de lances verbais o pregoeiro analisará os documentos de habilitação, cabendo os licitantes acompanhar as informações lançadas no *chat* para tomar ciência da habilitação/inabilitação, prazo para intenção de recursos, prazo para enviou de documentos impressos.

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas, pela representante.

9.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de apresentar recurso.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, pelo mesmo prazo de três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3 Após adjudicada e homologada a licitação o licitante vencedor deverá encaminhar toda a documentação, impressa, exigida no edital e a mesma enviada para o portal de compras, podendo ser enviado via correios ou pessoalmente no endereço do setor de licitação desta administração, no prazo de até 5 dias úteis.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Com a publicação da homologação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será(ã) obrigada(s) a assinar o Termo de Contrato, quando a publicação for veiculada dentro do prazo de validade da proposta, 60 dias.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pela homologação, para assinar Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante email para assinatura eletrônica, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666/1993;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta, às previsões contidas no edital, seus anexos e instrumento contratual;

14.4. O prazo de vigência da contratação será o exercício financeiro vigente, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 DO REAJUSTAMENTO CONTRATUAL

15.1 Poderá haver revisão dos valores contratados, quando o governo federal ou autoridade competente autorizar.

15.2 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16 DO FORNECIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Deverá estar apta a iniciar o fornecimento em até 24 (vinte e quatro) horas, após assinatura do contato.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

16.2 Demais informações estão disponíveis no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO PAGAMENTO

18.1 A nota fiscal emitida pela contratada deverá conter, a indicação do número do pregão a fim de se acelerar o trâmite de empenho e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.2 O pagamento será efetuado através de transferência bancário para conta indicada pela licitante vencedora, na proposta de preços.

18.3 Demais regras acerca do pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 Não assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 Apresentar documentação falsa;

19.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 Não mantiver as condições da proposta;

19.1.6 Cometer fraude fiscal;

19.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.8 Fornecer o objeto incompatível com as exigências de órgão fiscalizador.

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1 Nesta licitação não haverá cadastro de reserva.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 **Até 03 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, somente por meio do portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18>, somente por esta plataforma e não presencial.

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.10 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.11 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24 DA DOTARÇÃO ORÇAMENTARIA

24.1 As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos provenientes do Orçamento próprio, previstos na Lei Orçamentária Anual de 2023, conforme segue: **02.010 - 04 122 2001 2002; 02.020-04 122 2001 2007; 02.030-04 124 2001 2008; 02.040-04 122 2001 2009; 02.050-04 121 2001 2010; 02.060-04 123 2001 2011; 02.070-**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

20 122 2001 2015; 08.080-15 122 2001 2018; 02.090-10 301 1003 2021; 02.100-10 303 1003 2023, 10 302 1003 2024, 10 301 1003 2025, 10 305 1003 2027, 10 301 1003 2028, 10 302 1003 2029, 10 305 1003 2030, 10 303 1003 2031, 10 305 1003 2032; 02.110-08 244 1004 2033, 08 244 1004 2034; 02.120 -08 244 1004 2038, 08 244 1004 2041, 08 244 1004 2042, 08 244 1004 2043, 08 243 1004 2046; 02.130-12 361 1002 2048, 12 368 1002 2049, 12 306 1002 2051, 12 361 1002 2052, 12 364 1002 2054, 12 361 1002 2059, 12 361 1002 2062; 02.140- 23 695 1006 2065; 02.150-14 422 2001 2067- 44.90.52 e 3390.30.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.11 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.13 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.14 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.15 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.16 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.17 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.18 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.19 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.20 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.21 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>, <http://pianco.pb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes> e <https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>.

25.22 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SOCIO SERVIDOR PÚBLICO

ANEXO XI - MINUTA DO CONTRATO;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

Piancó-PB, 03 de Janeiro de 2023.

ANDRÉ ALEXANDRE DO NASCIMENTO
PREGOEIRO OFICIAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETIVO:

1.1 contratação de empresa para aquisição de equipamentos e periféricos de informática para manutenção de todas as secretarias do Municipal de Piancó-PB.

1.2 JUSTIFICATIVA:

2.2. Justifica-se a deflagração de processo licitatório para manter os equipamentos das secretarias em bom estado de uso, bem como pela necessidade de previsão de licitação para aquisição de equipamentos de informática para viabilizar a instalação de novos órgãos, quando surgir a possibilidade para a administração.

2. ESPECIFICAÇÕES:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANT.	R\$ Média	R\$ Média Total
1	MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR MÍNIMO DE 2,0GHZ,PLACA MÃE COMPATÍVEL, VÍDEO/ SOM/ REDE ONBOARD,MEMORIA 4GB, DDR-2 HD MÍNIMO 500 GB 7200 RPM SATA GRAVADOR DE DVD 20X GABINETE ATX COM FONTE, TECLADO PADRÃO ABNT, MOUSE ÓPTICO, CAIXA DE SOM MÍNIMA DE 240W GARANTIA ON-SITE 24 MESES WINDOWS LICENCIAMENTO ORIGINAL	Unidade	15	R\$ 2.771,00	R\$ 41.565,00
2	COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO; SEGUIDO DE GABINETE COM FONTE ATX de 430 ou SUPERIOR; MOUSE USB; TECLADO; ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR CORE i3 GERAÇÃO Cache 3MB, PLACA MÃE OFFBOARD COMPATIVEL COM PROCESSADOR ACIMA CITADO; MEMORIA RAM 4GB OU SUPERIOR; HD 500GB.UPORTE AO MICROSOFT® WINDOWS® 10 PROFESSIONAL ORIGINAL 64-BIT EM PORTUGUÊS (BRASIL) 12 MESES E DISPONIBILIDADE PARA DOWNLOAD NO SÍTIO DO FABRICANTE.;NO MÍNIMO 2 (DUAS)PORTAS USB LIVRES.; ÂNGULO DE VISÃO 178º/178º(VERTICAL/HORIZONTAL); TECLADO MULTIMIDIA PORTUGUÊS PADRAO ABNT-2; TECLAS MULTIMÍDIA: VOLUME MUDO, PLAY/POUSE, AVANÇO E RETROCESSO; FORMATO DAS TECLAS CHICLETE; CABOS: USB; COR: PRETO; GARANTIA MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS. MOUSE OPTICO; SENSOR: ÓPTICO LED; VELOCIDADE DE RASTREAMENTO: 1.200 DPI OU SUPERIOR; BOTÕES: 2; BOTÃO DE ROLAGEM: SIM – MECÂNICO; GARANTIA ON-SITE DE 1 ANO.	Unidade	15	R\$ 3.325,02	R\$ 49.875,30
3	CABO DE FORÇA 1,8M.	Unidade	30	R\$ 31,41	R\$ 942,20
4	CABO DE VIDEO VGA P/ MONITOR.	Unidade	30	R\$ 53,57	R\$ 1.607,20
5	CABO IMPRESSORA USG 2.0	Unidade	30	R\$ 21,98	R\$ 659,50
6	CABO VGA PARA MONITOR PCYES HD 15MXHD 15M.3,0 METROS.	Unidade	30	R\$ 201,36	R\$ 6.040,80
7	CABO DE REDE CAT 6 CAIXAS 305 METROS.	Unidade	20	R\$ 866,40	R\$ 17.328,00
8	CABO DE REDE PAR TRANÇADO CAT 5E CAIXA 305 METROS.	Unidade	30	R\$ 304,81	R\$ 9.144,40
9	CABO COAXIAL 100MT.	Unidade	30	R\$ 221,68	R\$ 6.650,40
10	CABO EXTENSOR 1,8 METROS VGA+USB KVM.	Unidade	20	R\$ 177,90	R\$ 3.558,00
11	CABO HDMI 1,8 metros	Unidade	30	R\$ 36,76	R\$ 1.102,80
12	CABO HDMI 3 metros	Unidade	20	R\$	R\$



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

				46,00	920,00
13	CABO ADPTADOR CONVERSOR DE VGA PARA RCAE S-VIDEO PC.	Unidade	20	R\$ 129,31	R\$ 2.586,27
14	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS.	Unidade	30	R\$ 40,46	R\$ 1.213,70
15	FILTRO DE LINHA 8 TOMADAS.	Unidade	30	R\$ 68,17	R\$ 2.045,00
16	HUB USB 2.0 DE ATÉ 480 MBPS, COMPATÍVEL COM INTERFACE USB 2.0 E COM O PADRÃO USB 1.1, ALIMENTAÇÃO É FEITA VIA PORTA USB 5 V, CABOS FLEXÍVEIS PARA FÁCIL CONEXÃO, EVITANDO CABOS DESORDENADOS QUANDO OS DISPOSITIVOS SÃO COLOCADOS JUNTOS, DISPÕE DE PROTEÇÃO PARA SOBRECORRENTE, FÁCIL INSTALAÇÃO COM FUNÇÃO PLUG AND PLAY.	Unidade	20	R\$ 125,62	R\$ 2.512,40
17	REPETIDOR DE SINAL WIFI	Unidade	36	R\$ 258,63	R\$ 9.310,56
18	TECLADO NUMÉRICO , COM CABO E 20 TECLAS NUMÉRICAS CONEXÃO: USB COMPATIBILIDADE: WINDOWS 98 / ME / 2000 / XP / VISTA OU SUPERIOR COMPRIMENTO DO CABO: 80 CM	Unidade	20	R\$ 145,94	R\$ 2.918,80
19	ADAPTADOR TOMADA 64120 PADRAO NOVO PARA ANTIGO.	Unidade	30	R\$ 23,83	R\$ 714,90
20	ADAPTADOR WIRELESS NANO USB WIRELLES N 300 MPBS.	Unidade	30	R\$ 147,42	R\$ 4.422,50
21	EMENDA PLASTICA 8X4 BEGE RJ45 0119-9MULTI PT1 UM.	Unidade	100	R\$ 8,31	R\$ 831,33
22	CONECTRO RJ 45.	Unidade	500	R\$ 0,72	R\$ 358,33
23	BATERIA PARA NO BREAK 1200 VOLTS.	Unidade	20	R\$ 182,89	R\$ 3.657,73
24	FONTE PARA IMPRESSORAS HP	Unidade	25	R\$ 154,62	R\$ 3.865,42
25	FONTE 450W CONEXOES 6X SATA 4X4 PINOS, 1X ATX20-24,1X4 PINOS, 1XATX12V EXPRESS.	Unidade	100	R\$ 134,42	R\$ 13.442,33
26	FONTE REAL CONECOES 6X SATA 4X4XPINOS 1X ATX 20/24, 1X ATX 20/24, 1X ATX 20/24, 1X 4 PINOS 500W.	Unidade	20	R\$ 345,61	R\$ 6.912,20
27	FONTE CARREGADOR UNIVERSAL PARA NOTEBOOK TOMADA TODAS MARCAS.	Unidade	20	R\$ 216,46	R\$ 4.329,20
28	FONTE ESTABILIZADA SAIDA 12V 5A.	Unidade	25	R\$ 181,90	R\$ 4.547,50
29	PLACA DE SOM EXTERNA 5.1 USB-AA1504.	Unidade	20	R\$ 236,47	R\$ 4.729,40
30	PLACA DE CAPTURA IN HDMI PCI CAPTURA.	Unidade	15	R\$ 947,70	R\$ 14.215,50
31	PLACA DE REDE ETHERNET 10/ 100/1000 PCI-E.	Unidade	50	R\$ 143,70	R\$ 7.185,00
32	PLACA DE CAPTURAR AUDIO/VIDEO DAZZLECREATOR PLATINUM HD 9900-65207-00.	Unidade	15	R\$ 1.182,35	R\$ 17.735,25
33	Placa de video GTX GT 1030 2GB	Unidade	10	R\$ 1.618,91	R\$ 16.189,10
34	CASE GAVETA EXTERNA P/ HD SATA COM FONTE	Unidade	15	R\$ 236,47	R\$ 3.547,05
35	GRAVADOR DE DVD-RW 20X PRETO SATA-DVD-R (SL/DL) 12X	Unidade	20	R\$ 272,85	R\$ 5.457,00
36	GRAVADOR DE DVD EXTERNO SLIM.	Unidade	20	R\$ 272,85	R\$ 5.457,00
37	KIT DE 3 FERRAMENTAS DE TELEFONIA BADISCO+PUNCH DOWN 314KR.	Unidade	20	R\$ 312,28	R\$ 6.245,53
38	GABINETE ATX 4 BAIAS C/ FONTE.	Unidade	60	R\$ 309,23	R\$ 18.553,80
39	MEMORIA 4 GB DDR3	Unidade	40	R\$ 180,08	R\$ 7.203,20



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

40	MEMORIA 4GB DDR3 PARA NOTEBOOK	Unidade	10	R\$ 431,10	R\$ 4.311,03
41	MEMORIA 8GB DDR4	Unidade	20	R\$ 530,33	R\$ 10.606,53
42	MEMORIA 4GB DDR4	Unidade	40	R\$ 283,79	R\$ 11.351,47
43	HD 500 GB 7,2 RPM SATA2 500GB COMPATIBILIDADE WINDOWS, MACSOFTWARES INCLUSOS PARA BACKUP AUTOMATICAS PIPELINE HD ST3500312CS NEW PULL/RB - COR: PRATA - COMUNICAÇÃO: SATA - CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 500GB - PESO BRUTO (G): 429 - DIMENSÕES DA EMBALAGEM (CM): 10.2 X 1.6 X 14.5 - VELOCIDADE DE ROTAÇÃO (RPM): 5.900 - FACTOR DE FORMA: 3.5" - INDICAÇÃO: PC - CACHE: 8MB .GARANTIA DE 12 MESES.	Unidade	40	R\$ 266,05	R\$ 10.642,00
44	HD 1 TB 7,2 RPM SATA INTERFACE SATA III (6GB/S) CAPACIDADE 1 TB DESEMPENHO VELOCIDADE (RPM) 7200 RPM TAXA DE TRANSFERENCIA DE DADOS 149MB/SLATENCIA MEDIA 4,16 MSLEITURA ALEATORIA TEMPO DE BUSCA 8.5 MS ESCRITA ALEATORIA TEMPO DE BUSCA 9.5MSI/ O TAXA DE TRANSFERENCIA DE DADOS 600MB/SERROS DE LEITURA IRRECUPERAVEIS? 1 IN 1014 BUFFER 64 MB VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 7.200 RPM GARANTIA DE 12MESES.	Unidade	20	R\$ 478,89	R\$ 9.577,80
45	HD 1 TB EXTERNO PORTATIL COM 1TB DE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, INTERFACE USB (3.0) DE ALTA VELOCIDADE E TAXA DE TRASFERENCIA MINIMA DE 4.8 GBPS, NECESSIDADE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA (DIRETO NA PORTA USB) COM CABO SUPER APEED USB PLUG AND, COMPATIBILIDADE: SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS XP SP3, WINDOWS VISTA®, WINDOWS 7, WINDOWS® 8 OU SUPERIOR GARANTIA DE 12 MESES.	Unidade	10	R\$ 514,36	R\$ 5.143,63
46	HD 2 TB EXTERNO COM 2TB CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, INTERFACE USB (3.0) DE ALTA VELOCIDADE E TAXA DE TRANSFERENCIA MINIMA DE 4.8 GBPS, NECESSIDADE DE ALIMENTACAO EXTERNA (DIRETO NA PORTA USB) COM CABO SUPER SPEED USB PLUG AND PLAY GARANTIA 12 MESES.	Unidade	6	R\$ 885,06	R\$ 5.310,36
47	HD PARA NOTEBOOK MODELO 1TB SATA II 7200 RPM MODELO: WD10EZEX TIPO HD INTERNO PARA PC CAPACIDADE 1TBCACHE 64MBFATOR DE FORMA 3.5 RPM 7200 RPM TAMANHO DO BUFFER 64MB TAXA MAXIMA DE TRANSFERENCIA DE DADOS 6 GBIT/S TEMPO DE LATENCIA DO HDD 4.2 MS GARANTIA 12 MESES.	Unidade	20	R\$ 478,89	R\$ 9.577,80
48	SSD 120GB ,2,5, SATA . 3.0 (6Gb/s)- compativel com a versão anterior SATA 2.0 (3Gb/s).Transferência de dados (ATTO) :120GB -até 550MB/s para leitura e 490MB/s para gravção	Unidade	30	R\$ 337,20	R\$ 10.115,90
49	SSD 240GB ,2,5, SATA . 3.0 (6Gb/s)- compativel com a versão anterior SATA 2.0 (3Gb/s).Transferência de dados (ATTO) :120GB -até 550MB/s para leitura e 490MB/s para gravção	Unidade	20	R\$ 530,33	R\$ 10.606,53
50	PROCESSADOR DUAL CACHE 3MB, 2.8 GHZ, LGA 1150, INTEL HD GRAPHICS BX80646G3260 G3900 1151	Unidade	30	R\$ 647,39	R\$ 19.421,70
51	PROCESSADOR I3 COM 4 NUCLEOS, NUMERO DE THREADS 8, VELOCIDADE DO CLOCK 3.70 GHZ, CACHE 6 MB, BARRAMNETO 8GT/S DMI, (4.4GHz Max Turbo). GARANTIA E DE 12 MESES.	Unidade	30	R\$ 1.328,48	R\$ 39.854,30
52	Placa Mãe para Intel Lga 1155 2x Ddr3 6 Usb 2.0 Vga , suporta processadores Intel core TM i7/ Core i5/ Core TM i3 / Pentium / Celeron , USB 2.0 suportam 4 x portas USB adicionais .1 ANO DE GARANTIA	Unidade	30	R\$ 682,86	R\$ 20.485,90
53	PLACA MÃE 1150 PROCESSADORES INTEL CORE I3 I5 E I7 ESPECIFICAÇÕES PLACA MÃE: SUPORTE PARA CORE I7/I5/I3 DE 4º GERAÇÃO CHIPSET INTEL H81/B85 COM 2 SLOTS PARA MEMÓRIAS DDR3 COM SUPORTE ATÉ 16GB	Unidade	15	R\$ 885,06	R\$ 13.275,90



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

	DUAL CHANEL UM SLOT DE EXPANSÃO PCI EXPRESS X16 E UM SLOT DE EXPANSÃO PCI EXPRESS X1 LAN DO FORMATO 10/100/1000 INTERFACE DE VÍDEO: HDMI E VGA ARMAZENAMENTO COM 4 SATA PORTAS DA PLACA MÃE: PAINEL INTERNO: - 2X CONECTOR(ES) USB 2.0, SUPORTANDO 4* USB - 1X CONECTOR(ES) USB 3.0, SUPORTANDO 2* USB - 1X CONECTOR DE AUDIO - 4X CONECTOR(ES) SATA - 2X CONECTOR(ES) FAN - 1X PAINEL FRONTAL - 1X CONECTOR(ES) ALTO-FALANTE - 1X CONECTOR(ES) DE FORÇA ATX DE 24 PINOS - 1X CONECTOR(ES) DE FORÇA ATX 12V DE 4 PINOS PAINEL TRASEIRO: - 1X SAÍDA HDMI - 1X PS/2 TECLADO - 1X PS/2 MOUSE - 1X SAÍDA(S) VGA - 1X PORTA(S) LAN (RJ45) - 2X PORTA(S) USB 2.0 - 2X PORTA(S) USB 3.0 - 3X PORTA(S) DE ÁUDIO.GARANTIA DE 1 ANO.				
54	PLACA-MÃE LGA 1151 ,M ATX ,DDR4 , I NTEL SOCKER 1151 PROCESSADORES CORE I7/CORE I5/CORE I3 CORE /PENTIUM/ CELERON , - 6 PORTAS USB 2.0 / 1.1 (4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO, 2 PORTAS DISPONÍVEIS ATRAVÉS DO CONECTOR USB INTERNO)- 1 X CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO PRINCIPAL ATX DE 24 PINOS- 1 X CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO ATX 12V DE 4 PINOS- 1 X PORTA DE TECLADO / MOUSE PS / 2- 1 X PORTA D-SUB- 1 X PORTA HDMI- 2 X PORTAS USB 3.1 GEN 1- 4 X PORTAS USB 2.0 / 1.1- 1 X PORTA RJ-45- 3 X TOMADAS DE ÁUDIO- 1 ANO DE GARANTIA	Unidade	20	R\$ 1.062,43	R\$ 21.248,53
55	PEN DRIVE 16 GB USB2.O FLASH PRETO.	Unidade	30	R\$ 42,57	R\$ 1.277,00
56	PEN DRIVE 32 GB USB2.O FLASH PRETO.	Unidade	30	R\$ 51,44	R\$ 1.543,10
57	PEN DRIVE 64 GB USB2.O FLASH PRETO.	Unidade	30	R\$ 69,17	R\$ 2.075,20
58	LASER POINT :Frequência: 2.4 Ghz, 15m de alcance, Alimentação 2 pilhas AAA, COMPATÍVEL COM SISTEMA OPERACIONAL :WIND 7, 8, 10 OU SUPERIOR, Botões: On/Off, Vol /Vol-, Avançar page/Retroceder page, Play , Tela preta, ESC.	Unidade	10	R\$ 317,49	R\$ 3.174,87
59	ADAPTADOR PARA CARTAO SSD, CANALETA 10X20.	Unidade	50	R\$ 90,46	R\$ 4.522,83
60	IMPRESSORA LASER - RESOLUÇÃO (MÁX.) EM DPI: ATÉ 2400 X 600 DPI- MEMÓRIA PADRÃO: 32MB- TEMPO DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA PÁGINA: MENOS DE 10 SEGUNDOS- PROCESSADOR: 200 MHZ- INTERFACES: USB 2.0 / WIRELESS- EMULAÇÃO: GDI- DUPLEX: MANUAL- VOLUME MÁX. DE CICLO MENSAL: 10000 PÁGINAS- VOLTAGEM 110 A 120V- CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: 150 FOLHAS- CAPACIDADE DE SAÍDA DE PAPEL: 50 FOLHAS- TAMANHOS DO PAPEL: A5 ATÉ OFÍCIO- TIPOS DE PAPEL: PAPEL NORMAL, FINO E RECICLADO- GRAMATURA DE PAPEL: 65 A 105 G/M²-GARANTIA DE 12MESES, Sistema Operacional Compatível TWAIN: Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 8.1, Mac OS X v10.7.5, 10.8.xWIA: Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 8.1ICA: OS X v10.7.5, 10.8.x, 10.9.x	Unidade	10	R\$ 2.639,10	R\$ 26.391,00
61	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK ; COM WIFI; COLORIDA 3 EM 1: IMPRIME, COPIA E DIGITALIZA. TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA: SISTEMA TANQUE DE TINTA DE FABRICA; RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: ATÉ 5760 X 1440 DPI DE RESOLUÇÃO OTIMIZADA EM VÁRIOS TIPOS DE PAPEL; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO: EM PRETO 10.5 ISO PPM E EM CORES 5 ISO PPM; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: EM PRETO 33 PPM E EM CORES 15 PPM; TAMANHO MÍNIMO DE GOTÍCULA DE TINTA: 3 PICOLITROS; CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS: CUMPRE COM AS NORMAS ROHS; GARANTIA: LIMITADA DE	Unidade	20	R\$ 2.128,40	R\$ 42.568,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

	1 ANO.				
62	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL ELETROFOTOGRAFICO- MEMÓRIA PADRÃO: 512 MB- VELOCIDADE MÁXIMA EM PRETO (PPM): ATÉ 42 PPM (CARTA/A4)- VELOCIDADE MÁX. DE IMPRESSÃO EM PRETO (PPM): ATÉ 42 PPM (CARTA/A4)- RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO (MÁXIMA EM DPI): ATÉ 1200 X 1200 DPI- RESOLUÇÃO (MÁXIMA) EM DPI: ATÉ 1200 X 1200 DPI- CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: 250 FOLHAS- CAPACIDADE DE ENTRADA DE PAPEL PADRÃO (FOLHAS): BANDEJA COM CAPACIDADE ATÉ 250 FOLHAS- CAPACIDADE DE PAPEL NA BANDEJA OPCIONAL (FOLHAS): 2 X 520 FOLHAS- BANDEJA MULTIUSO: 50 FOLHAS- CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX (FRENTE E VERSO)- INTERFACES PADRÃO: ETHERNET GIGABIT, USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE- INTERFACE DE REDE EMBUTIDA: ETHERNET, USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE- COMPATIBILIDADE COM O DRIVER DE IMPRESSORA: WINDOWS, MAC OS, LINUX- EMULAÇÕES: VOLUME MÁXIMO DE CICLO MENSAL: 50.000 PÁGINAS	Unidade	4	R\$ 7.449,40	R\$ 29.797,60
63	Estabilizador 300va , bivolt (110-220), Plugue do cabo de força : Padrão NBR 14136(10a), Número de tomadas :6 tomadas Garantia de 1 ano	Unidade	30	R\$ 175,59	R\$ 5.267,80
64	Estabilizador 500va , bivolt (110-220), Plugue do cabo de força : Padrão NBR 14136(10a), Número de tomadas :6 tomadas Garantia de 1 ano	Unidade	30	R\$ 211,07	R\$ 6.332,00
65	Estabilizador 1000va , bivolt (110-220), Plugue do cabo de força : Padrão NBR 14136(10a), Número de tomadas :6 tomadas Garantia de 1 ano	Unidade	20	R\$ 335,22	R\$ 6.704,47
66	NOBREAK 700 VA, Tensão nominal de entrada: Bivolt, Variação de tensão admssível: 88VAC ~ 146VAC / 146VAC ~ 280VAC, Frequência da rede: 50Hz ou 60Hz, Fator de potência: 0,6 ,Tensão nominal na saída: 110V, Potência nominal ativa (W): 432W, Variação da tensão na saída: 102VAC ~ 132VAC, Frequência na saída: 50Hz ou 60Hz, Forma de onda na saída: PWM, BATERIA: 1, Tensão/Capacidade: 12V 72Ah, Tempo de recarga para 100% da capacidade: aproximadamente 12 horas ,Umidade: 10 a 90% (não condensado), Temperatura de operação: 0 a 45°C, Autonomia 30min Bivolt 110V.GARANTIA DE 12 MESES .	Unidade	10	R\$ 743,17	R\$ 7.431,67
67	NO BREAK DE 1200 VA BIV MAXI, PATOR DE POTENCIA 0.7 TEMPO DE ACIONAMENTO DO INVERSO 0.8MS, TEMPO DE CARGA DA BATERIA INTERNA 8 HORAS, ONDAS DO INVERSO SENOIDAL PURA PROTECAO ELETRICA CONTRA SOBRECARGA E SURTOS DE TENSAO 6 TOMADAS GARANTIADA 12 MESES.	Unidade	10	R\$ 1.239,79	R\$ 12.397,93
68	Nobreak 2kva Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).- Modelo bivolt automático: entrada 115/127V~ ou 220V~ e saída 115V~.- 10 tomadas padrão NBR 14136 (6 tomadas 10 A + 4 tomadas 20 A). - Fisível rearmável.- Conector do tipo engate rápido para conexão do módulo externo de bateria ao nobreak.- Recarga automática das baterias em 4 estâgios, mesmo com o nobreak desligado. – Gerenciável- 2 Baterias Internas	Unidade	3	R\$ 4.559,84	R\$ 13.679,53
69	MONITOR LCB 18,5 TIPO LED POLEGADAS 18,5 RESOLUÇÃO; 1366X768 FORMATO DE TELA WIDESCREEN GARANTIA ON-SITE DE 12 MESES.	Unidade	30	R\$ 1.001,74	R\$ 30.052,30
70	NOTEBOOK DUAL CORE TELA DE 15,6' SSD128GB OU SUPERIOR , MEMORIA DE 4GB OU SUPERIOR, PLACA DE VIDEO UHD GRAPHICS 600, LEITOR DE CARTÃO, CÂMERA 720MP, TECLADO PADRÃO BRASIL , CONECTIVIDADE WIFI, BLUETOOTH, OFFICER , WIND 11, COM GARANTI DE 12 MESES	Unidade	6	R\$ 4.014,27	R\$ 24.085,60



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

71	NOTEBOOK I3 3,0GHZ COM CACHE L3 6MB, MEMORIA 4GB 2666MHZ, TELA 15,6' ANTIRREFLEXO FULL HD , MICROFONE INTEGRADO NA WEC CAM , PLACA DE REDE GIGABYTE, CONECTIVIDADE:WIFI, BLUETOOTH, ENTRADAS:USB-C, USB 3.0, HDMI, LEITOR DE CARTÃO, , TECLADO EM PORTUGUÊS, TECLADO NÚMÉRICO INTEGRADO, WIND 11, GARANTIA DE 12 MESES.	Unidade	6	R\$ 4.924,78	R\$ 29.548,66
72	SCANNER , DIGITALIZA FACILMENTE FRENTE E VERSO COM VELOCIDADE DE ATÉ 80 IPM, VELOCIDADE PADRÃO DE 40PPM, ADF PARA ATÉ 80 FOLHAS, TELA SENSÍVEL AO TOQUE DE 10,9CM, CONEXÃO USB E WIRELESS, DIGITALIZA DOCUMENTOS A4, RECIBOS E CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO	Unidade	3	R\$ 6.021,40	R\$ 18.064,20
73	PROJETOR 3500 LUMENS-CONTRASTE: 2000:1- CORES: 16,7 MILHÕES- TECNOLOGIA: TFT-LÂMPADA: LED- RESOLUÇÃO NATIVA: 1920 X 1080 (FULL HD)- PROPORÇÃO DA TELA: 4:3 / 16:9- TAMANHO DA PROJEÇÃO: 67 ~ 170 POLEGADAS- DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO: 2,1 ~ 5M- DISTÂNCIA MÍNIMA DE PROJEÇÃO: 1,6M- AJUSTE TRAPÉZIO VERTICAL: ÂNGULO ± 15°- AJUSTE DE FOCO: MANUAL- PROCESSADOR: MIPS- DISTÂNCIA PARA ACESSO REMOTO: 2,1M- POTÊNCIA DO ALTO FALANTE: 3W X2- TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT- CONSUMO: 140W, CONECTORES:- LINE OUT (P2)- AV INPUT (RCA)- 2X USB- 2X HDMI- VGA	Unidade	5	R\$ 5.472,18	R\$ 27.360,88
74	TELA DE PROTEÇÃO TRIPE STANDART 1,80X1,80	Unidade	5	R\$ 1.092,98	R\$ 5.464,88
75	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS PORTAS 8, PROTOCOLO IEEE 802.3 10BASE-T IEEE 802.3U 100 BASE -TX CONEXAO RJ-45 FEMEA, TAXA DE TRANSMISSAO 10MBPS 14880PPS/ 100MBPS 148800PPS ESPECIFICACAO DO PRODUTO - DIMENSAO/PESO-89X76MM/200 GRS ESPECIFICACOES DA EMBALAGEM- DIMENSAO/ PESO 135X60X90 MM/ 250 GRS,EAN 789844008298.	Unidade	20	R\$ 144,15	R\$ 2.883,00
76	SWITCH 16P 10/100MBPS DES-1024D WITCH, PROTOCOLO IEEE 802.3 10 BASE-T IEEE 802.3U 100 BASE -TX CONEXAO RJ-45 FEMEA, TAXA DE TRANSMISSAO 10 MBPS 14880PPS/ 100MBPS 148800PPS (CAIXA COM 01 INIDADE).	Unidade	15	R\$ 271,88	R\$ 4.078,15
77	ROTEADOR 3 ANTENAS 5DBI WIRELES 300 IPV6, WAN 10/100MBPS 1 PORTA DE AUTO LAN 10/100 MBPS, ENTRADA BIVOLT SAIDA 9V.	Unidade	20	R\$ 217,14	R\$ 4.342,73
78	ROTEADOR 4 ANTENAS 5DBI WIRELES 1200 MBPS,DUALBAND ENTRADA BIVOLT	Unidade	5	R\$ 381,36	R\$ 1.906,78
79	CAIXA DE SOM 3W.	Unidade	30	R\$ 52,92	R\$ 1.587,50
80	MOUSE OPTICO USB PRETO MOUSE OPTICO, INTERFACE USB MINIMO DE 2 BOTOES E SCROLL, COM RESOLUCAO MINIMA DE 800 DPI, DEVIDAMENTE COMPROVADA NA ESPECIFICACAO DO PRODUTO GARANTIA MINIMA DE 6 (SEIS) MESES.	Unidade	50	R\$ 18,19	R\$ 909,50
81	TECLADO USB SLIM TECLADO, INTERFACE USB PADRAO ABNT2, COM NO MINIMO 105 TECLAS PADRAO SENDO OBRIGATORIO "Ç" GARANTIA MINIMA DE 6 (SEIS) MESES.	Unidade	50	R\$ 61,13	R\$ 3.056,67
82	MOUSE PAD	Unidade	50	R\$ 9,13	R\$ 456,33
83	WEB CAM, CAPTURA DE VIDEO HD EM ATÉ 1280 X 720 PIXELS E ATÉ 30FPS. MICROFONE EMBUTIDO COM REDUÇÃO DE RUIDOS,,CABO USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE COM 1,7M, .CLIPE UNIVERSAL, COMPATIBILIDADE: WINDOWS98 / 2000 / ME / XP / VISTA / WIN7 / WIN8 / WIN10 OU SUPERIOR	Unidade	10	R\$ 253,63	R\$ 2.536,30
84	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS LER CÓDIGO DE BARRAS UNIDIMENSSIONAIS MODO DE LEITURA AUTOMÁTICO MODO DE ACIONAMENTO MANUAL E AUTOMÁTICO	Unidade	10	R\$ 313,35	R\$ 3.133,53



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

SUPORTE COM HASTES AJUSTÁVEIS					
85	TABLET COM MEMÓRIA DE ARMAZENAMENTO DE 16GB OU SUPERIOR – TELA MÍNIMA DE 10.1"; MEMÓRIA RAM DE 2 GB OU SUPERIOR; PROCESSADOR QUADRE CORE DE 1,3 GHZ OU SUPERIOR; SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 9 OU SUPERIOR; GPS; TECNOLOGIA WI-FI; REDE 3G OU SUPERIOR; CONEXÃO WIRELESS 802.11 B/G/N; BATERIA 5000 MAH OU SUPERIOR; PORTA USB TYPE-C 2.0; SUPORTE AO CARTÃO DE MEMÓRIA MICROSD	Unidade	30	R\$ 1.259,02	R\$ 37.770,60
86	DVR-STAND ALONE 16 CANAIS COM ACESSO REMOTO VIA INTERNETGRATIA ON-SITE 12 MESES	Unidade	10	R\$ 2.189,60	R\$ 21.896,00
87	CAMERAS CCD 1/3 HIGH RESOLUTION LENTE 3,6 MM ALTA RESOLUÇÃO D1/900 TVL/IR-CUT 900 LINHA SENSIBILIDADE (LUX) 0LUX IR ON PIXEL EFETIVO 720 H X576 (V) INFRA DE 25 METROS/32 LED ALIMENTAÇÃO 12 VOLT GARANTIA ON-SITE 36 MESES.	Unidade	120	R\$ 200,71	R\$ 24.085,60
88	PILHA CR 2032 3V	Unidade	100	R\$ 2,74	R\$ 273,67
89	BATERIA 9V	Unidade	100	R\$ 18,35	R\$ 1.834,67
90	PILHA ALCALINA 2A cartela c/2	Unidade	100	R\$ 11,19	R\$ 1.118,67
91	PILHA ALCALINA 3A cartela c/2	Unidade	100	R\$ 10,95	R\$ 1.095,00
92	TINTA 544 EPSON PRETO T544120-AL	Unidade	300	R\$ 78,82	R\$ 23.645,00
93	TINTA 544 EPSON AZUL T544220-AL	Unidade	300	R\$ 77,63	R\$ 23.288,00
94	TINTA 544 EPSON VERM. T544320-AL	Unidade	300	R\$ 77,63	R\$ 23.288,00
95	TINTA 544 EPSON AMAR. T544420-AL	Unidade	300	R\$ 77,63	R\$ 23.288,00
96	CARTUCHO DE TONER HP 105A W1105A ORIGINAL	Unidade	100	R\$ 691,55	R\$ 69.155,00
97	CARTUCHO DE TONER HP 85A	Unidade	200	R\$ 63,87	R\$ 12.773,33
98	CARTUCHO DE TONER BROTHER 3442	Unidade	72	R\$ 82,88	R\$ 5.967,12
99	CARTUCHO DE TONER BROTHER 1060	Unidade	100	R\$ 40,39	R\$ 4.039,33
100	FOTO CONDUTOR BROTHER DR3440	Unidade	100	R\$ 87,58	R\$ 8.758,33
101	FOTO CONDUTOR BROTHER DR1060	Unidade	100	R\$ 62,04	R\$ 6.203,67
102	CARTUCHO DE TONER HP D105	Unidade	100	R\$ 162,40	R\$ 16.239,67
103	CARTUCHO HP 954 PRETO L0S59AB	Unidade	50	R\$ 326,62	R\$ 16.330,83
104	CARTUCHO HP 954 AMARELO L0S56AB	Unidade	50	R\$ 237,21	R\$ 11.860,33
105	CARTUCHO HP 954 AZUL L0S50AB	Unidade	50	R\$ 238,68	R\$ 11.934,00
106	CARTUCHO HP 954 MAGENTA L0S53AB	Unidade	50	R\$ 238,68	R\$ 11.934,00
TOTAL					R\$ 1.190.517,85

3. DAS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO E ENTREGA.

3.1. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

3.1.1. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de até 5 dias úteis, após solicitado pelo setor de competente.

3.1.2. A contratada deverá entregar os produtos no município de Piancó-PB.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

32. A licitante vencedora ficará obrigada a atender as necessidades desta administração **de imediato**, não sendo necessário esperar para final do prazo, para que a administração não sofra prejuízo.
33. Os produtos serão fornecidos parceladamente conforme necessidade das secretarias, dentro das quantidades descritas, durante todo o período de vigência do contrato;
34. A administração não está obrigada a adquirir todo o objeto licitado.
35. Os produtos poderão ser rejeitados quando estiverem em desacordo com o exigido neste Edital;
- 3.5 O ônus do frete ficará a cargo da contratada, que deverá entregar o(s) produto(s) no município de Piancó-PB, em qualquer quantidade;**
- 3.6 Comunicar, por escrito e imediatamente, à Contratante a indisponibilidade do fornecimento do objeto.
- 3.7 O fornecimento poderá ser feito em qualquer quantidade, sendo entregue em dias úteis e expediente da prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES:

4.1. Constituirão obrigações da CONTRATADA, além das especificadas na legislação:

- 4.1.1. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade do produto.
- 4.1.2. Encarregar-se por todo o transporte do produto solicitado até o local de entrega.
- 4.1.3. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando a Prefeitura o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- 4.1.4. Responder civil e criminal por quaisquer danos diretos decorrentes do produto.
- 4.1.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto.
- 4.1.6. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expresso consentimento da Secretaria Requisitante.
- 4.1.7. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a prefeitura de Piancó de quaisquer ônus e responsabilidades.
- 4.1.8. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.1.9. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 4.1.10. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, diretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao município ou a terceiros, durante a execução do contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Prefeitura, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:
- a) Dedução de créditos da licitante vencedora;
 - b) Medida judicial apropriada, a critério da Secretaria Requisitante.

4.2. Constituirão obrigações da CONTRATANTE:

- 4.3. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- 4.4. A Contratante poderá ficar inadimplente, em relação a pagamento, com a Contratada pelo prazo de até 90 (noventa) dias, conforme dispõe o art. 78, XV da Lei 8.666/93.
- 4.5. Notificar à Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;
- 4.6. Designar Gestor e Fiscal de contratos para acompanhar a execução.
- 4.7. Proporcionar a Contratada todos os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;
- 4.8. Notificar a Contratada qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 4.9. Punir a contratada quando transgredir os termos contratuais.

5. DO PREÇO E DO VALOR ESTIMADO.

- 5.1. O preço dos itens ofertado terá o prazo de validade da proposta, que vigorará



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

concomitantemente com contrato administrativo advindo deste processo licitatório, contados a partir da apresentação da proposta.

5.2. O valor total estimado para os serviços é de R\$ 1.190.517,85 (um milhão, cento e noventa mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), valor este levantado por meio de pesquisas realizadas junto ao mercado.

6.3 Será aceita a oferta de lance que estiver com valor inferior ou igual ao preço de referência na tabela acima.

6. CONDIÇÕES GERAIS.

- 6.1.** Prazo de início dos serviços: de imediato, após solicitação pelo setor competente;
- 6.2.** Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias consecutivos.
- 6.3.** A responsabilidade pelas cotações de preços / pesquisas de preços são da secretaria demandante.

ANDRÉ ALEXANDRE DO NASCIMENTO
PREGOEIRO OFICIAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 -
PMP

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2023, ÀS ----H----MIN (----) HORAS. LOCAL:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ - PB

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NAO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
CONTA BANCARIA DA LICITANTE:						
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARAQUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM MANUTENÇÃO DO VEICULO.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ/PB**, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DO VEICULO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 -
PMP
À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ - PB
O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO
ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE,
_____, CNPJ _____, DECLARA
EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL
ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA
A SER TOMADA PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS
PROponentES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO
EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O
FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A
IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 32, PARÁGRAFO 2º, E
ARTIGO 97 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES
SUBSEQUENTES.

_____ EM, _____ DE _____ DE 2023.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO
INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº..... ,
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A)
....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE
IDENTIDADE Nº..... E CPF Nº..... ,
DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. V DO ART. Nº 27 DA LEI Nº 8.666, DE 21
DE JUNHO DE 1993, ACRESCIDO PELA LEI Nº 9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999,
QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO,
PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE
APRENDIZ ()¹.

.....(DATA)

..... (REPRESENTANTE
LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO V – TERMO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

ATRAVÉS DO PRESENTE, CREDENCIAMOS O(A) SR.(A)....., PORTADOR(A) DO RG Nº..... E DO CPF Nº....., A PARTICIPAR DA LICITAÇÃO INSTAURADA PELA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ - PB**, NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP**, NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL, OUTORGANDO- LHE PODERES PARA PRONUNCIAR-SE EM NOME DA EMPRESA....., BEM COMO FORMULAR PROPOSTAS, OFERTAR LANCES VERBAIS, RENUNCIAR DIREITOS, DESISTIR DE RECURSOS E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME.

....., DEDE 20__.

REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.
(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À,
DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.520/02, QUE CUMPRE TODOS OS
REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ - PB – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

....., DEDE 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA.**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 -
PMP**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023** DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

- A)** A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;
- B)** A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;
- C)** QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;
- D)** QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;
- E)** QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 - PMP** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE PIANCÓ/PB, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E
- F)** QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DEDE 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (OBRIGATÓRIA PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. Nº 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. Nº 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

DECLARO, PARA FINS DA LC Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. Nº 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC Nº 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 3.600.000,00, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. Nº 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC Nº 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO
CONTADOR (NO CASO DE ME E
EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
O PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR.PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE PIANCÓ/PB OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, _____ DE _____ DE 2023.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL
SERVIDOR PÚBLICO (MODELO)**

Ao Pregoeiro do Município de Piancó/PB PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2023.

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico nº. xxxxxx/2023, DECLARA, sob as penas da Lei, que: - Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.
_____, _____ de _____ de 2023.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº/.....
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2023 – PMP

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM **PREFEITURA MUNICIPAL DE**
PIANCÓ-PB E, PARA FORNECIMENTO
DO OBJETO NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE PIANCÓ, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada à Rua Valdemar Costa Filho, nº 142 - Centro – Prédio da Prefeitura Municipal de Piancó- Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 09.148.727/0001-95, representada neste ato pelo Senhor Daniel Galdino de Araújo Pereira Prefeito municipal, brasileiro, casado, residente na Av. Virgílio Silva, s/n Campo Novo na cidade, de Piancó - PB, portador do RG nº 3148964 SSP/PB e CPF nº 677.418.865-68, doravante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado a CNPJ / CPF Nº, sediado a rua, na cidade de, com seu representante legal, Sr., CPF nº infra-assinado denominada doravante simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, a serem realizados na forma de execução indireta, mediante cláusulas e condições a seguir, tudo de acordo com o Processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRONICO 00005/2023**. E os demais termos da licitação, em observância ao disposto na Lei Nº 8.666/1993, na Lei de Nº 10.520/2002 e demais normas que regem a espécie, resolvem celebrar o presente contrato, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR.

1.1 A presente licitação tem por objetivo: **Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de informática para atender as necessidades de todas as secretarias do Município de Piancó-PB, durante o exercício de 2023.**

1.2 O presente contrato tem como estimativa o valor global de R\$(.....), **conforme resultado dos vencedores nas páginas anteriores.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

2.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Entregar qualquer quantidade solicitada no prazo de até 5 dias úteis.
- b) Fornecer os produtos em conformidade com as especificações da proposta de preços e exigências do edital e contrato.
- c) Iniciar o fornecimento de imediato após assinatura do contrato.
- d) Não será permitida, em nenhuma hipótese, a terceiros, a transferência da responsabilidade contratual assumidas na licitação sem a previa autorização da contratante;
- e) Cumprir rigorosamente as Leis, Instruções, Normas e demais Legislações Federais e Estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores.
- f) Manter compatibilidade com as obrigações assumidas e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração durante todo o período de vigência do Contrato;
- g) Demais obrigações encontram-se no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

3.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do Contrato;
- b) Comunicar à Contratada, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

- d) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- d) Designar servidor para acompanhar a fiel execução do Contrato, em cumprimento ao disposto no Artigo 67, da Lei N° 8.666/93;
- e) Demais obrigações encontram-se no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. Os serviços serão prestados por tempo integral, durante a vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1. O objeto desta licitação deverá ser executado no município de Piancó, conforme necessidades das secretarias.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS.

6.1. Será observado os prazos estabelecidos na Lei N° 8.666/93.

6.2. Não haverá reajuste de preços durante o período de 12 meses exceto nas hipóteses, expressamente, previstas no Art. N° 65 da Lei Federal N° 8.666/93, de forma a manter e assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato ou instrumento equivalente a ser celebrado, em consonância com os termos e condições.

6.3 Durante a vigência contratual poderá a parte solicitar revisão contratual, para equilibrar o .

6.4 Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES.

7.1. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93.

7.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ - PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

7.2. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei N° 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ- PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita por esta administração, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade (05 (cinco) anos);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. N° 87 da Lei N° 8.666/93, c/c art. N° 7º da Lei N° 10.520/02 e art. N° 14 do Decreto N° 3.555/2000.

7.3. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

7.4. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Piancó/PB e Diário do Estado as sanções administrativas previstas no ITEM 7.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

8.1. As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do Orçamento Geral do Município 2023, conforme descrito: **02.010 - 04 122 2001 2002; 02.020-04 122 2001 2007; 02.030-04 124 2001 2008; 02.040-04 122 2001 2009; 02.050-04 121 2001 2010; 02.060-04 123 2001 2011; 02.070-20 122 2001 2015; 08.080-15 122 2001 2018; 02.090-10 301 1003 2023; 02.100-10 303 1003 2023, 10 302 1003 2024, 10 301 1003 2025, 10 305 1003 2027, 10 301 1003 2028, 10 302 1003 2029, 10 305 1003 2030, 10 303 1003 2031, 10 305 1003 2032; 02.110-08 244 1004 2033, 08 244 1004 2034; 02.120 -08 244 1004 2038, 08 244 1004 2041, 08 244 1004 2042, 08 244 1004 2043, 08 243 1004 2046; 02.130-12 361 1002 2048, 12 368 1002 2049, 12 306 1002 2051, 12 361 1002 2052, 12 364 1002 2054, 12 361 1002 2059, 12 361 1002 2062; 02.140- 23 695 1006 2065; 02.150-14 422 2001 2067- 44.90.52.**

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

9.1. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os parágrafos primeiro e segundo do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

10.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, designado pela Administração Municipal, nos termos do Artigo Nº 67 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.

11.1. A Contratada não poderá subcontratar ceder ou transferir, total ou em parte, o objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

12.1. A vigência do presente contrato será iniciada na data de sua assinatura e termino dia 31/12/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente termo não assiste possibilidade de prorrogação pela natureza do objeto, nos termos e condições da legislação vigente, Art. Nº 57, Inc. II da Lei Nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO.

13.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos Nº 77 a 80 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São motivos para rescisão do presente contrato:

I – O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

- II – O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV – A paralisação da entrega dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- V – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no Edital e no Contrato;
- VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei Nº 8.666/93;
- VIII – A decretação de falência;
- IX – A dissolução da sociedade;
- XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do Artigo Nº 65 da Lei Nº 8.666/93;
- XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurada ao Contratado nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XVI – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XVII – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- XVIII – Descumprimento do disposto no Inciso V do Artigo Nº 27 da Lei Nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A RESCISÃO DESTA CONTRATO PODERÁ SER:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII desta Cláusula.
- II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do Artigo anterior, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- I – Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- II – Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

PARÁGRAFO SEXTO – A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada à mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.

15.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelas Cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do Artigo Nº 54, da Lei Nº 8.666/93, combinado com o Inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS QUESTÕES DIVERSAS.

16.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei Nº 10.520/02, aplicando-se também, subsidiariamente, no que couber a Lei Nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, além da legislação administrativa pertinente.

16.1.1. A CONTRATADA reconhece, para todos os efeitos, a vinculação deste contrato ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2023.

16.1.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO.

17.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município-DOM e Diário Oficial do Estado- DOE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FÓRUM.

18.1. As partes elegem o Fórum de Piancó–PB, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. E, por estarem assim justas e acertadas, foi digitado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presente, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Piancó- PB, _____ de _____ de 2023.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIANCÓ
CNPJ 09.148.727/0001-95

DANIEL GALDINO DE ARAÚJO PEREIRA
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____